



RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

DIREÇÃO REGIONAL DA COOPERAÇÃO COM O PODER LOCAL



ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO	3
2 – ENQUADRAMENTO	5
3 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	7
Competências.....	7
Caracterização Contabilística.....	11
Recursos Humanos	12
Grau de Desconcentração.....	13
Identificação dos Responsáveis	13
4 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
Balço	16
Demonstração de Resultados por Natureza.....	19
Demonstração das Alterações no Património Líquido.....	22
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	22
Anexos às Demonstrações Financeiras	25
5 – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	32
Demonstração de Desempenho Orçamental	33
Demonstração de Execução Orçamental da Receita.....	35
Demonstração de Execução Orçamental da Despesa.....	36
Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos	41
Anexos às Demonstrações Orçamentais	42
Transferências e Subsídios	45
Outras Divulgações	46
6 - OUTRAS INFORMAÇÕES.....	47
7 – NOTAS FINAIS	49



1 - INTRODUÇÃO

De acordo com o Decreto-Lei nº 155/92, de 28 de julho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional nº 7/97/A, de 5 de junho, todos os serviços públicos que tenham transitado para o regime da autonomia administrativa, que é, em regra, o regime jurídico e financeiro dos organismos da Administração Pública, estão obrigados à apresentação de contas, cuja documentação a ser entregue na Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas é a constante da Instrução nº 1/2019 do Tribunal de Contas, de 6 de março.

A Direção Regional da Cooperação com o Poder Local (DRCPL) foi criada na sequência da publicação do Decreto Regulamentar Regional nº 28/2020/A, de 10 de dezembro, diploma que aprova a estrutura orgânica do XIII Governo Regional dos Açores.

A DRCPL é dotada de autonomia administrativa, cuja natureza e competências se encontram, atualmente, definidas no Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2023/A, de 14 de fevereiro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 32, de 14 de fevereiro.

De acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, foi elaborado o presente relatório que pretende dar corpo à conta de gerência da DRCPL, relativamente ao ano de 2022, e foi elaborado de forma a transmitir a atividade levada a cabo pela empresa A082, nas áreas da execução orçamental e financeira, tendo em conta as disposições legais em vigor e o orçamento aprovado.

Esta apresentação de contas engloba toda a informação obrigatória, quando aplicável à empresa em causa, tanto ao nível de mapas legais, como ao nível das devidas notas explicativas, que se entendeu serem relevantes, para uma melhor compreensão dos valores apresentados e que se reportam ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

A regularidade técnica na prestação de contas dos serviços e organismos e na execução da contabilidade pública é assegurada pelo contabilista público, conforme dispõe o artigo 8º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, cujas funções são assumidas pelo dirigente intermédio responsável pela contabilidade, cabendo-lhe ainda a sua



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

apresentação e divulgação. A aprovação das contas é da competência do Diretor Regional da Cooperação com o Poder Local.

Na análise às demonstrações financeiras e orçamentais, que adiante se apresentam, é dado conta das informações relevantes para melhor compreensão das mesmas. As notas não aplicáveis ou materialmente irrelevantes foram omitidas e os quadros solicitados, quando aplicáveis, encontram-se em anexo.



2 - ENQUADRAMENTO

Com a publicação do Decreto Regulamentar Regional nº 28/2020/A, de 10 de dezembro, foi aprovada a estrutura orgânica do XIII Governo Regional dos Açores, estabelecendo as competências da Vice-Presidência do Governo Regional, em matérias da cooperação com o poder local e assuntos eleitorais, integrando, para esse efeito, na ilha Terceira, a Direção Regional da Cooperação com o Poder Local.

No âmbito da reestruturação orgânica promovida por aquele Decreto Regional, foi publicado o Decreto Regulamentar Regional nº 8/2021/A, de 15 de junho, que aprovou a orgânica e quadro de pessoal dirigente, de direção específica e de chefia da Vice-Presidência do Governo Regional, através do qual as atribuições e competências nas matérias da administração local e assuntos eleitorais seriam operacionalizadas através da Direção Regional da Cooperação com o Poder Local, a funcionar na sua dependência direta.

Em abril de 2022, através do Decreto Regulamentar Regional nº 6/2022/A, de 29 de abril, foi aprovada uma nova orgânica do XIII Governo Regional dos Açores, através da qual a Direção Regional da Cooperação com o Poder Local (DRCPL) ficou integrada na Presidência do Governo Regional, embora sem a competência nas matérias dos assuntos eleitorais, que permaneceu na dependência da Vice-Presidência do Governo Regional e, mais tarde, através da Declaração de Retificação nº 3/2022/A, de 28 de junho, essas matérias dos assuntos eleitorais passaram a ficar afetas à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

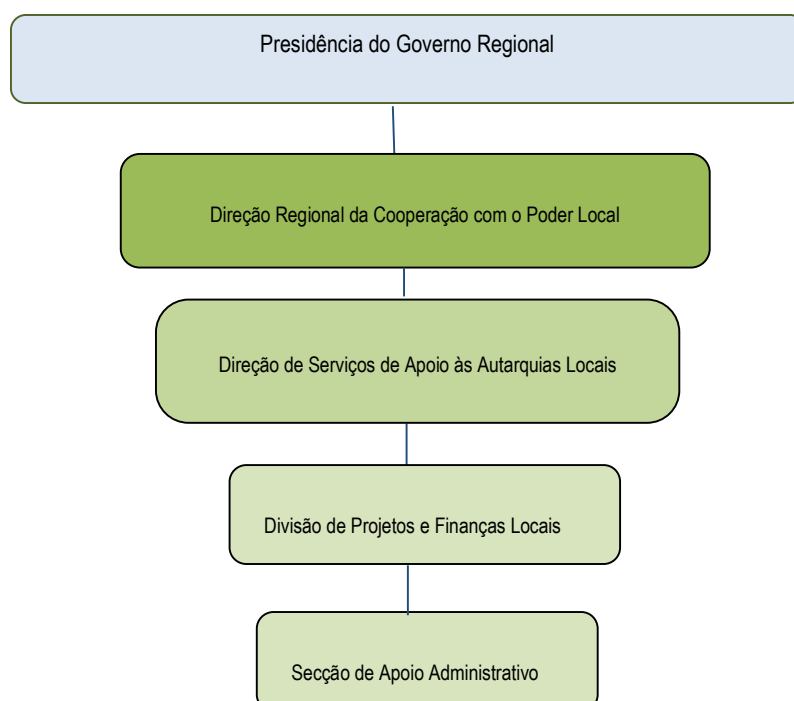
Em fevereiro de 2023 foi aprovada a orgânica e quadro de pessoal dirigente, de direção específica e de chefia da Presidência do Governo Regional, através do Decreto Regulamentar Regional nº 4/2023/A, de 14 de fevereiro, nele se determinando a estrutura, a natureza, as competências e as atribuições dos seus serviços dependentes.

De acordo com o artigo 3º do referido diploma, a DRCPL funciona na dependência direta do Presidente do Governo Regional (serviço executivo), com competências em matéria de administração local, tendo por missão estudar, propor, executar, coordenar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a aplicação das políticas do Governo Regional, com o objetivo de promover a cooperação e o trabalho conjunto entre as administrações regional e local, a favor do desenvolvimento dos municípios e freguesias, bem como assegurar a gestão e coordenação de todos os projetos e processos que os concretizem (artigo 22º).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Conforme descrito nos artigos 24º a 27º do Decreto Regulamentar nº 4/2023/A, de 14 de fevereiro, a estrutura orgânica da DRCPL integra a Direção de Serviços de Apoio às Autarquias Locais, a Divisão de Projetos e Finanças Locais e a Secção de Apoio Administrativo:





3 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A DRCPL é um serviço executivo da Presidência do Governo Regional que propõe e executa as respetivas políticas nas matérias da cooperação com o poder local, conforme estabelecido no artigo 22º do Decreto Regulamentar Regional nº 4/2023/A, de 14 de junho.

- **A) Competências**

Compete à **Direção Regional da Cooperação com o Poder Local (DRCPL)**:

- Promover o desenvolvimento de novas formas e instrumentos de cooperação entre o Governo Regional e as autarquias locais;
- Realizar estudos que possibilitem a formação e o aprofundamento de conhecimentos sobre as autarquias locais da Região Autónoma dos Açores e das suas expectativas de evolução e desenvolvimento;
- Apoiar as autarquias locais nos domínios da cooperação técnica e financeira, do ordenamento do território, jurídico e de gestão;
- Promover a articulação entre o Governo Regional e as autarquias locais, nomeadamente gerindo e/ou coordenando a execução dos projetos de cooperação e o trabalho conjunto das administrações regional e local;
- Propor, no âmbito das suas competências, a realização de inspeções, inquéritos e sindicâncias aos órgãos e serviços da administração local, bem como tomar conhecimento dos relatórios elaborados pelas inspeções regionais;
- Emitir pareceres com vista a habilitar a tomada de posição do Presidente do Governo Regional sobre acordos a celebrar com as câmaras municipais e juntas de freguesia da Região Autónoma dos Açores;
- Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e por outros atos normativos.

Compete à **Direção de Serviços de Apoio às Autarquias Locais (DSAAL)**:

- Propor, colaborar na elaboração e/ou emitir parecer sobre iniciativas legislativas regionais em matérias respeitantes à administração local;
- Apreciar as propostas de diplomas emanadas dos órgãos de soberania nacionais com incidência autárquica;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

- c) Exercer funções de consultadoria jurídica nas áreas de atuação das autarquias locais, designadamente coordenando e sistematizando as informações e pareceres jurídicos prestados sobre matérias relacionadas com a administração local autárquica, possibilitando às autarquias locais a respetiva uniformidade interpretativa;
- d) Apoiar as autarquias locais na estruturação orgânica dos serviços e na elaboração de projetos de estatutos, regulamentos e posturas municipais;
- e) Apreciar propostas de alteração dos limites das circunscrições das autarquias locais e de criação ou extinção de autarquias na Região Autónoma dos Açores;
- f) Assegurar a instrução da fase administrativa dos processos de declaração de utilidade pública das expropriações, pedidos de reversão e constituição de servidões administrativas formulados por municípios ou outras entidades que exerçam esta competência municipal;
- g) Elaborar minutas de contratos e apreciar as minutas de acordos, no âmbito da cooperação técnico-financeira, entre a administração regional e as autarquias locais, bem como apreciar minutas de contratos, acordos, protocolos ou de quaisquer outros atos jurídicos estabelecidos entre aquelas;
- h) Promover ações de informação e capacitação para eleitos locais e trabalhadores;
- i) Elaborar documentos, designadamente publicações, manuais de apoio à atuação quotidiana dos autarcas e trabalhadores das autarquias locais, em cumprimento do dever de prossecução do interesse público e respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;
- j) Promover a elaboração de estudos relativos à temática da administração local que contribuam, nomeadamente, para o bom funcionamento dos órgãos autárquicos e da sua divulgação;
- k) Elaborar, recolher, tratar e difundir informação jurídica com interesse na área das autarquias locais;
- l) Proceder à identificação e análise de questões legais relacionadas com as autarquias locais, disponibilizando, através da internet, as respostas às questões mais frequentes;
- m) Promover, participar e colaborar na realização de encontros técnicos, com o objetivo de analisar e discutir as temáticas da administração local, de forma a proceder ao diagnóstico de problemas e ao estudo das respetivas soluções;
- n) Constituir e manter atualizada uma base de dados com registo dos eleitos locais na Região Autónoma dos Açores;
- o) Apoiar os municípios no âmbito dos programas territoriais intermunicipais e dos planos territoriais, bem como dar cumprimento às demais disposições previstas em legislação específica sobre a matéria;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

- p) Promover e coordenar a articulação entre os diversos intervenientes no processo de elaboração e acompanhamento dos programas territoriais intermunicipais, dos planos diretores intermunicipais e dos planos diretores municipais;
- q) Desenvolver e manter uma plataforma eletrónica de registo dos planos diretores municipais e outros instrumentos de gestão territorial, relativamente aos quais a DRCPL exerça competências previstas em legislação, que suporte a execução e gestão das correspondentes ações de acompanhamento, depósito, ou outras, e que disponibilize informação sobre os mesmos;
- r) Promover boas práticas e normalização de procedimentos e entendimentos em matéria de ordenamento do território, especialmente sobre planos territoriais, sobretudo planos diretores municipais, preparando e divulgando documentação técnica de apoio aos municípios, designadamente através da plataforma eletrónica referida na alínea anterior;
- s) Participar em comissões ou grupos de trabalho, constituídos no âmbito do ordenamento do território e áreas afins;
- t) Estudar e propor a definição de critérios e de procedimentos relativos à cooperação técnico-financeira entre a administração regional autónoma e a administração local;
- u) Emitir pareceres em vista a habilitar a tomada de posição do Presidente do Governo Regional sobre os contratos de desenvolvimento entre a administração regional autónoma e a administração local, previstos no Decreto Legislativo Regional nº 32/2002/A, de 8 de agosto, que estabelece o regime de cooperação técnica e financeira entre a administração regional e a administração local, na sua redação em vigor, e de outros acordos de cooperação a celebrar com municípios e freguesias da Região Autónoma dos Açores;
- v) Coordenar a preparação do Plano Regional Anual e das Orientações de Médio Prazo, no que respeita às ações atribuídas à DRCPL, inseridas no Programa da Presidência do Governo Regional;
- w) Assegurar a realização de outras tarefas que, no âmbito da sua área de competências, lhe sejam distribuídas ou cometidas à sua responsabilidade.

Compete à **Divisão de Projetos e Finanças Locais (DPFL)**:

- a) Identificar oportunidades de cooperação entre a administração regional autónoma e a administração local, promover o desenvolvimento dos seus instrumentos regulamentares e financeiros, bem como gerir a sua implementação;
- b) Prestar apoio técnico aos municípios e freguesias nas áreas das finanças locais, procedendo ao estudo e divulgação de novos diplomas e ao esclarecimento de questões relativas à aplicação da legislação vigente em matérias financeira das autarquias locais;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

- c) Assegurar o processamento e transferência de verbas previstas no Orçamento do Estado, no âmbito da Lei das Finanças Locais;
- d) Prestar apoio técnico na área da contabilidade autárquica, esclarecendo dúvidas colocadas e analisando os documentos previsionais e de prestação de contas anuais das autarquias locais;
- e) Colaborar com a Direção Geral das Autarquias Locais, designadamente validando a informação inserida pelos municípios em aplicação informática daquele organismo, e colaborando com outras entidades na elaboração de documentos com informação sobre os municípios e freguesias da Região;
- f) Participar em reuniões de trabalho e na elaboração de documentos técnicos, no âmbito de grupos de trabalho de acompanhamento da contabilidade autárquica e das finanças locais;
- g) Elaborar os relatórios anuais das finanças locais na Região Autónoma dos Açores sobre a execução e situação financeira e patrimonial das autarquias locais;
- h) Analisar as candidaturas de projetos municipais à cooperação financeira, bem como acompanhar a execução física e financeira dos mesmos;
- i) Apreciar os pedidos de apoio financeiro das freguesias e acompanhar a sua execução;
- j) Assegurar o processamento de verbas, no âmbito da legislação regional vigente, sobre cooperação financeira ou outra que atribua à Direção Regional a responsabilidade de transferência de verbas para as autarquias locais;
- k) Preparar e acompanhar a execução dos orçamentos de investimento e de funcionamento da Direção Regional e elaborar os relatórios internos e os documentos de prestação de contas;
- l) Assegurar a gestão dos recursos humanos, financeiro, materiais e patrimoniais da DRCPL;
- m) Assegurar a realização de outras tarefas que no âmbito da sua área de competências, lhe sejam distribuídas ou cometidas à sua responsabilidade.

Compete à **Secção de Apoio Administrativo (SAA)**:

- a) Prestar apoio administrativo ao diretor regional e demais serviços da DRCPL;
- b) Proceder ao registo, classificação, expediente, arquivo e controlo da documentação do gabinete do diretor regional e dos demais serviços da DRCPL;
- c) Assegurar o serviço de contabilidade da DRCPL, conferindo, classificando, organizando o processamento e arquivando os documentos contabilísticos;
- d) Efetuar o processamento das remunerações e outros abonos, bem como os descontos a que houver lugar;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

- e) Assegurar o controlo da assiduidade do Pessoal, a atualização do cadastro e dos processos individuais dos trabalhadores da DRCPL, emitir certidões e outros documentos solicitados pelos trabalhadores, referentes à sua situação profissional;
- f) Assegurar os processos de avaliação de desempenho dos trabalhadores da DRCPL;
- g) Organizar e manter atualizado o inventário dos bens duradouros confiados aos serviços da DRCPL;
- h) Organizar os procedimentos necessários à aquisição de bens e serviços destinados ao normal funcionamento da direção regional e proceder ao pagamento a fornecedores;
- i) Assegurar a constituição, gestão e liquidação do fundo de maneo da DRCPL;
- j) Assegurar a realização de outras tarefas que, no âmbito da sua área de competências, lhe sejam distribuídas ou cometidas à sua responsabilidade.

• **B) – Caracterização Contabilística**

Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Palácio dos Capitães Gerais- Largo Prior do Crato

9700-157 Angra do Heroísmo

Endereço de correio eletrónico: drcpl@azores.gov.pt

Telefone: 295 402 300

Sítio da internet: <https://portal.azores.gov.pt/web/drcpl>

Número de identificação fiscal: 600087530

CAE: 84112

Empresa A082 – Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Código da Classificação Orgânica – Designação Orgânica:

Dep. 72 – Presidência do Governo Regional

Cap. 04 – Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Divisão 01 – Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Cap. 50 – Despesas do Plano

Projeto A0452 - Recuperação dos efeitos do furacão Lorenzo

Ação 9.2 - Apoio à recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais

Projeto A0417 - Cooperação com os municípios



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Ação 10.1 - Cooperação técnica com os municípios

Projeto A0416 - Cooperação com os municípios

Ação 10.2 - Cooperação financeira com os municípios

Projeto A0415 - Cooperação com as freguesias

Ação 11.1 - Cooperação técnica com as freguesias

Projeto A0414 - Cooperação com as freguesias

Ação 11.2 - Cooperação financeira com as freguesias

Projeto A0413 - Cooperação com a Anafre

Ação 11.3 - Colaboração técnica e financeira com a Anafre

Projeto A1042 - Eleições

Ação 9.2 - Eleições (por força da Declaração de Retificação nº 3/2022/A, de 28 de junho, essas matérias dos assuntos eleitorais passaram a ficar afetas à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública)

Regime de autonomia administrativa – Despacho Conjunto nº 566/2023, de 3 de abril, do Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

No regime contabilístico do SNC-AP, a DRCPL é classificada como uma pequena entidade.

- **C) - Recursos Humanos**

A DRCPL é composta por 1 diretor regional e 1 secretária pessoal.

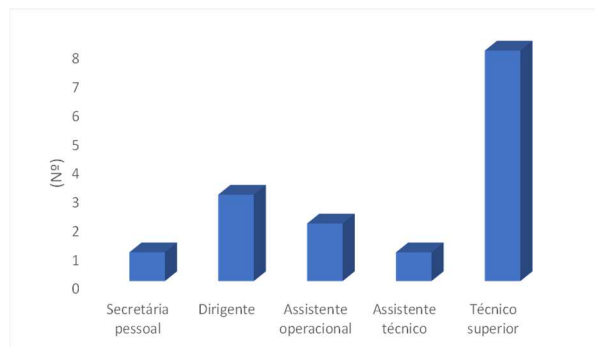
O pessoal da DSAAL é composto por 1 diretora de serviços, 4 técnicos superiores, 1 assistente operacional, 1 assistente operacional em contrato de prestação de serviços (avença) e pelo pessoal da DPFL, composto por 1 chefe de divisão, 4 técnicos superiores e 1 assistente técnico.

A SAA ainda não foi dotada de pessoal.

Para o desenvolvimento das suas atribuições, a DRCPL, dispunha, até final do ano de 2022, de um total de 15 colaboradores, assim distribuídos pelas várias carreiras, onde a carreira técnica superior é a que detém maior número de pessoas:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local



Desses 15 colaboradores que se encontravam ao serviço na DRCPL, a 31 de dezembro de 2022, 8 são do sexo feminino e 7 são do sexo masculino. A média de idades ronda os 49 anos.

- **D) – Grau de Desconcentração**

O Diretor Regional da Cooperação com o Poder Local e o respetivo pessoal da Direção Regional desenvolvem as suas atividades no Palácio dos Capitães Generais, sito no Largo Prior do Crato, em Angra do Heroísmo.

O Diretor Regional dispõe ainda de um gabinete em Ponta Delgada, sito na Rua Dr. Bruno Tavares Carreiro - 8º piso, em Ponta Delgada.

- **E) – Identificação dos Responsáveis**

O Diretor Regional da Cooperação com o Poder Local, nomeado conforme despacho de nomeação nº 813-D/2022, de 6 de maio, publicado no Jornal Oficial, II Série, nº 88, de 6 de maio de 2022, é o dirigente máximo do organismo e é coadjuvado por uma direção de serviços, uma divisão e uma secção de apoio administrativo.

Ao Diretor Regional, para além da competência própria atribuída nos termos da legislação em vigor, foi-lhe ainda atribuída, por delegação de poderes do Presidente do Governo Regional (despacho nº 1158/2022, de 14 de junho) a competência para a prática dos seguintes atos:

- Autorizar as despesas previstas no nº 4 do artigo 19º do Decreto Regulamentar Regional nº 5/2022/A, de 11 de março, que aprova as normas relativas à execução do orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022, ou de diploma que, anualmente, lhe venha a suceder com o mesmo âmbito e objeto;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

- Autorizar todos os atos relativos à gestão do orçamento e plano da DRCPL, incluindo a autorização de alterações das rubricas orçamentais, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 71/95, de 15 de abril, que se revelem necessárias à sua execução e que não careçam de autorização do membro do Governo Regional com competência em matéria de finanças;
- Autorizar o processamento das verbas inscritas no Orçamento do Estado e destinadas aos municípios e freguesias da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente os Fundos da Lei das Finanças Locais em vigor, e as remunerações e encargos dos membros das juntas de freguesia em regime de tempo inteiro ou meio tempo;
- Autorizar o processamento das verbas relativas à cooperação financeira com as autarquias locais, previamente aprovadas, que nos termos da legislação aplicável sejam da responsabilidade da DRCPL;
- Autorizar o processamento das verbas relativas ao pagamento de encargos de reuniões dos Conselhos de Ilha.

A DSAAL é dirigida por uma diretora de serviços, cargo de direção intermédia de 1º grau, nomeada em comissão de serviço, por despacho de 28 de junho de 2021.

A DPFL é dirigida por uma chefe de divisão, cargo de direção intermédia de 2º grau, nomeada em comissão de serviço, por despacho de 28 de abril de 2022.

A SAA ainda não tem ninguém responsável.



4 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a Norma de Contabilidade Pública 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, que estabelece a base para a apresentação dessas demonstrações financeiras de finalidade geral (individuais e consolidadas), componentes principais do relato financeiro de uma entidade pública ou grupo público, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações financeiras de períodos anteriores, quer com as de outras entidades (Balanço, Demonstração de resultados por natureza, Demonstração dos fluxos de caixa, Demonstração das alterações no património líquido e Anexos às demonstrações financeiras, conforme refere o Anexo II do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro).

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma entidade, fornecendo informação sobre os seus recursos e obrigações à data do relato, sobre os gastos suportados, os rendimentos obtidos durante o período de relato e o fluxo de recursos entre datas de relato.

As demonstrações financeiras serão publicadas no Portal do Governo Regional dos Açores.

A moeda funcional da apresentação é o euro e as demonstrações financeiras reportam-se ao período de relato que medeia entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de janeiro de 2022.

As componentes das demonstrações financeiras são:

DF1 - Balanço

DF2 - Demonstração dos resultados por natureza

DF3 - Demonstração das alterações no património líquido

DF4 - Demonstração de fluxos de caixa

DF5 - Anexos às demonstrações financeiras:

1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5 – Ativos fixos tangíveis

6 - Locações

(DF – Demonstração Financeira)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

DF1 – BALANÇO

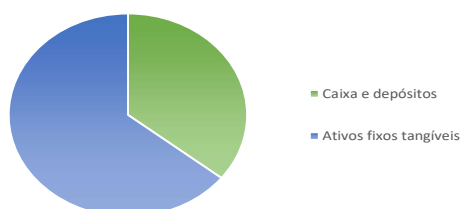
No balanço devem ser apresentados os ativos e os passivos classificados como correntes e não correntes, tendo em conta o tempo esperado para a sua realização ou liquidação, respetivamente, por forma a proporcionar informação útil que permita distinguir os ativos líquidos que estão continuamente em circulação como capital circulante, dos usados nas operações de longo prazo da entidade, e assim avaliar a liquidez e solvabilidade da respetiva entidade:

	2022	2021
(Euros)		
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	15 841,70	12 108,65
Ativo corrente		
Caixa e depósitos	8 778,15	9 757,08
Total do Ativo	24 619,85	21 865,73
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	0,00	0,00
Resultados transitados	-377 210,87	0,00
Outras variações no Património Líquido	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-169 926,57	-377 210,87
Total do Património Líquido	-547 137,44	-377 210,87
PASSIVO		
Passivo corrente		
Credores transf. e sub. não reembolsáveis	522 672,66	353 419,52
Fornecedores conta corrente	4 151,70	0,00
Fornecedores de imobilizado	2 881,90	0,00
Estado e outras Ent. Públicas	8 778,15	9 680,85
Outras contas a pagar	33 272,88	35 976,23
Total do Passivo	571 757,29	399 076,60
Total do Património Líquido e Passivo	24 619,85	21 865,73

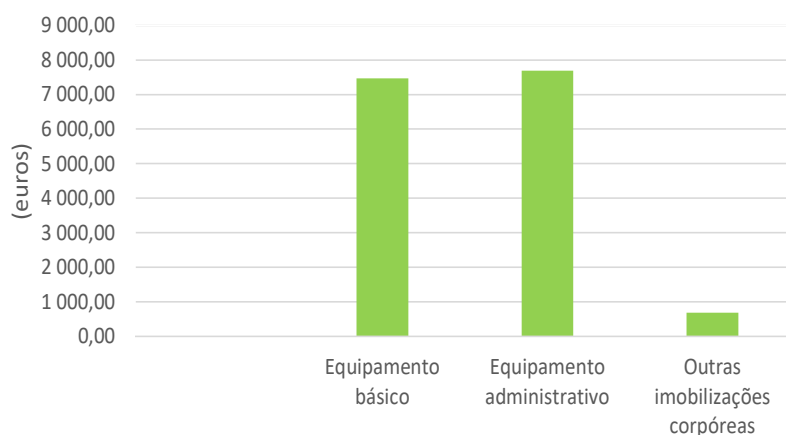
O total do ativo da DRCPL, a 31 de dezembro de 2022, no valor de 24.619.85€, é constituído por caixa e depósitos no valor de 8.778,15€ (ativo corrente) e por ativos fixos tangíveis no valor de 15.841,70€ (ativo não corrente).

O valor de 8.778,15€ na conta "Caixa e depósitos" corresponde a retenções de vencimentos do mês de dezembro de 2022 para entregar ao Estado e que transitaram para o ano de 2023, encontrando-se esses valores depositados numa conta de depósitos à ordem existente no Banco Santander.

Os ativos fixos tangíveis representam 64% do total do ativo, tendo-se registado um acréscimo nos mesmos, em relação ao período anterior:

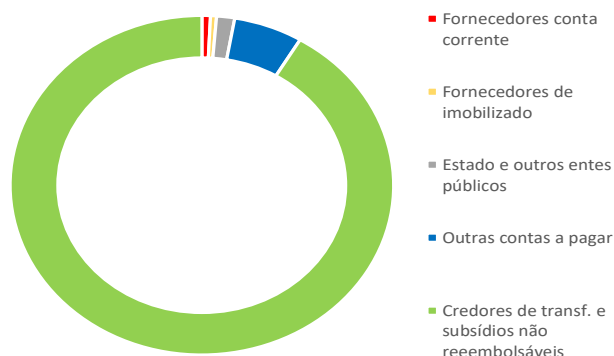


Os ativos fixos tangíveis, líquidos de amortizações, são compostos essencialmente por equipamento básico e equipamento administrativo, registando-se um aumento desses ativos (sobretudo ao nível do equipamento administrativo), em relação ao período anterior, embora tenha sido no ano de 2021 que se tenha atingido o maior valor em termos de aquisição de imobilizado corpóreo:



O valor do património líquido em 2022 (-547.137,44€), corresponde ao saldo da conta de resultados transitados, na sequência do resultado líquido apurado no ano anterior (-377.210,87€), primeiro ano de apresentação de contas ao abrigo do SNC-AP e do valor do resultado líquido apurado neste período (-169.926,57€), que é bastante dispare do resultado apurado no período anterior.

O passivo corrente é constituído, na sua grande maioria por credores de transferências e subsídios não reembolsáveis, mas também por fornecedores conta corrente, por encargos a pagar ao Estado, por fornecedores de imobilizado e por outras contas a pagar, totalizando o valor de 571.757,29€:



A conta de "Credores de transferências e subsídios não reembolsáveis", no valor de 522.672,66€ corresponde ao valor das transferências correntes e de capital cujos pedidos de libertação de créditos, por orientação da DROT, não foram autorizados em 2022 e transitaram para o ano de 2023 (valores correspondentes às transferências de capital no âmbito da cooperação financeira com as freguesias, no valor de 297.157,18€; valores correspondentes às transferências de capital no âmbito da cooperação com os municípios - furacão Lorenzo, no valor de 200.682,48€ e valores correspondentes às transferências correntes para os municípios relativos a encargos com os conselhos de ilha, no valor de 24.157,18€).

Este é o valor mais significativo do passivo e é bastante superior ao registado no exercício anterior.

A conta "Fornecedores de conta corrente", no valor de 4.151,70€ corresponde também ao valor dos pagamentos cujos pedidos de libertação de créditos, por orientações da DROT, não foram autorizados no ano de 2022 e transitaram para o ano de 2023 (pagamentos correspondentes a livros e documentação técnica, material de consumo informático, locação de impressora, deslocações e estadas, material de escritório e outros bens).

De igual forma, a conta de "Fornecedores de imobilizado", no valor de 2.881,90€ corresponde também aos valores transitados para o ano de 2023 e respeitantes a pagamentos com aquisição de equipamento administrativo.

O valor de 33.272,88€ na conta "Outras contas a pagar" refere-se ao lançamento dos acréscimos de custos, solicitado pela DROT, por forma a ser feita a especialização do exercício dos encargos com o subsídio de férias de 2022 pago em 2023 e respetivos encargos sociais associados, cujo movimento será regularizado em 2023, com o pagamento devido. Assim sendo, foram inscritos nessa conta os valores da rubrica 01.01.14, no valor de 26.886,48€, da rubrica

01.03.05 A), no valor de 4.397,29€ e da rubrica 01.03.05 B), no valor de 1.989,11€.

O valor na conta de "Estado e outras entidades públicas" (8.778,15€) refere-se ao valor das retenções dos vencimentos do mês de dezembro de 2022 que transitaram para o ano de 2023.

Em relação ao período de relato anterior verifica-se agora, pela primeira vez, a existência de saldos nas contas de "Fornecedores de conta corrente" e de "Fornecedores de imobilizado", totalizando 7.033,60€.

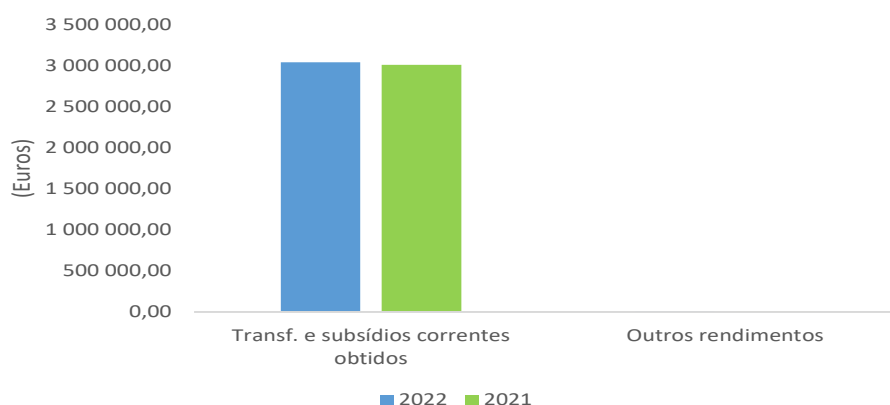
A grande variação que se registou em 2022, face ao período de 2021, foi sobretudo ao nível do património líquido e do passivo da entidade, que aumentaram substancialmente.

DF2 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

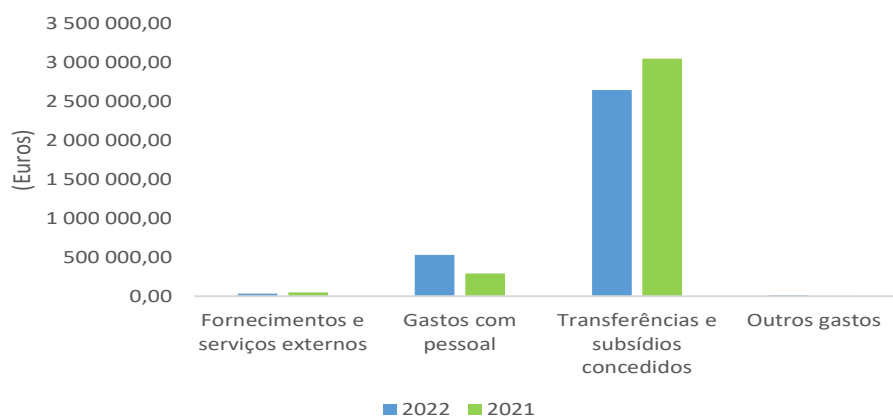
A Norma de Contabilidade Pública exige que todos os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos num período sejam incluídos na determinação do resultado do período da entidade:

	(Euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	2022	2021
Transferências e subsídios correntes obtidos	3 044 806,57	3 015 080,44
Fornecimentos e Serviços externos	-31 385,04	-49 261,20
Gastos com pessoal	-530 528,73	-290 891,21
Transferências e subsídios concedidos	-2 649 463,14	-3 051 368,68
Outros rendimentos	8 856,28	381,15
Outros gastos	-8 856,28	-531,15
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	-166 570,34	-376 590,65
Depreciações e amortizações	-3 356,23	-620,22
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-169 926,57	-377 210,87
Resultado antes impostos	-169 926,57	-377 210,87
Resultado líquido do período	-169 926,57	-377 210,87

Os rendimentos do período de relato correspondem a 3.053.662,85€ e são constituídos na sua quase totalidade por transferências e subsídios correntes obtidos (transferências do orçamento regional, por conta das dotações orçamentais atribuídas) e por 8.856,28€ de reposições não abatidas no pagamento. Em relação ao período de relato anterior, verifica-se um ligeiro aumento nos rendimentos da entidade:



Os gastos do período ascenderam a 3.220.233,19€, superiores aos rendimentos, com grande destaque para o valor das transferências e subsídios concedidos (2.649.463,14€), rubrica com o valor mais elevado de gastos registados, embora, quando comparado com o período anterior, se tenha verificado uma redução do valor destas transferências:



Em relação ao período de 2021, registou-se um aumento na conta "Gastos com pessoal", que regista um valor de 530.528,73€. Esse aumento registado em 2022 ficou a dever-se ao fato de todas as despesas e encargos com pessoal registadas e efetuadas no primeiro semestre de 2021, não terem transitado para a empresa A082 e terem permanecido afetas às contas da empresa A011 (Direção Regional de Organização e Administração Pública).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Em 2022, o valor correspondente a "Fornecimentos e serviços externos" foi menor do que o verificado no período anterior, destacando-se os valores relacionados com a formação e com as deslocações e estadas em território nacional.

O valor de 8.856,28€ inscrito em "Outros Gastos" e "Outros rendimentos" corresponde ao valor das reposições não abatidas no pagamento cobradas e liquidadas no período do relato.

As amortizações do período ascenderam a 3.356,23€.

O resultado líquido do exercício de 2022, no valor de -169.926,57€ corresponde à diferença entre o total dos rendimentos e o total dos gastos, deduzido ainda das depreciações e amortizações, e será incorporado nos resultados transitados do ano de 2023, constatando-se que no período em análise, o valor dos gastos foi superior ao valor dos rendimentos obtidos:

Rendimentos	3.053.662,85€
Gastos	-3.220.233,19€
Amortizações	-3.356,23€
Resultado Líquido do Período	-169.926,57€

DF3 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

As alterações no património líquido de uma entidade entre duas datas de relato refletem o aumento ou a diminuição nos seus ativos e passivos durante o período.

É importante ter em consideração todos os itens de rendimentos e de gastos ao avaliar as alterações na posição financeira de uma entidade entre duas datas de relato e por isso torna-se necessário a apresentação de uma demonstração das alterações no património líquido que ponha em evidência os rendimentos e gastos totais de uma entidade incluindo os que são reconhecidos diretamente no património líquido:

(Euros)

Descrição	Capital/ Património Subscrito	Resultados Transitados	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL	Total do Património Líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)	0,00	0,00	0,00	-377 210,87	-377 210,87	-377 210,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)	0,00	0,00	0,00	-169 926,57	-169 926,57	-169 926,57
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2) + (3)					-169 926,57	-169 926,57
OPERAÇÃO COM DET. DE CAPITAL NO PERÍODO						
Outras operações	0,00	-377 210,87	0,00	377 210,87	0,00	0,00
TOTAL (5)	0,00	-377 210,87	0,00	377 210,87	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1) + (2) + (3) + (5)	0,00	-377 210,87	0,00	-169 926,57	-547 137,44	-547 137,44

Os resultados transitados no final do período totalizavam -377.210,87€.

O total do património líquido no início do período correspondia a -377.210,87€ e, no final do período esse valor alterou-se para -547.137,44€, tendo em conta o resultado líquido apurado no exercício de 2022, no valor de -169.926,57€.

DF4 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A informação dos fluxos de caixa permite perceber como a entidade gera e usa os seus recursos financeiros, ajudando a prever as futuras necessidades desses recursos, a sua capacidade de gerar fluxos de caixa no futuro e a sua capacidade para financiar as alterações introduzidas no âmbito e natureza das suas atividades.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Esta demonstração, quando usada em conjugação com outras demonstrações financeiras, proporciona informação que habilita os utilizadores a avaliar as alterações no património líquido de uma entidade, a sua estrutura financeira (incluindo a sua liquidez e solvabilidade) e a sua capacidade para modificar as quantias e momento de fluxos de caixa a fim de se adaptar às novas circunstâncias e oportunidades.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais da DRCPL são provenientes do recebimento de transferências e subsídios correntes (1.605.511,69€) e constituem a única fonte de geração de recursos financeiros da entidade (transferências do orçamento regional).

Esses fluxos de caixa das atividades operacionais também derivam dos pagamentos efetuados, na sua grande maioria referentes a transferências e subsídios (1.044.439,492€) e a pessoal (540.205,85€), mas também pagamentos a fornecedores (20.866,35€) e outros pagamentos (978,93€), tendo o total dos pagamentos sido superior ao total dos recebimentos (-978,93€), contrariamente ao verificado no ano anterior.

Os fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento correspondem a pagamentos para aquisição de ativos fixos tangíveis (3.524,37€), mas sobretudo a pagamentos para aquisição de outros ativos, no valor de 1.435.770,51€.

Ainda nas atividades de investimento, os fluxos de caixa também derivam dos recebimentos de transferências de capital, no valor de 1.439.294,88€ e que são referentes a transferências do orçamento regional, por conta das dotações orçamentais atribuídas à DRCPL.

Não existiu qualquer movimento de caixa nas atividades de financiamento.

Verifica-se que o Saldo de Gerência Seguinte (SGS) de operações de tesouraria é no valor de 8.778,15€ e resulta da diferença entre o saldo dos fluxos de caixa das atividades operacionais (-978,93€) e o Saldo de Gerência Anterior (SGA) de operações de tesouraria, no valor de 9.757,08€:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

	2022	2021
(Euros)		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	1 605 511,69	1 358 295,86
Pagamentos a fornecedores	-20 866,35	-39 077,06
Pagamentos ao pessoal	-540 205,85	-254 991,21
Pagamentos de transferências e subsídios	-1 044 439,49	-1 053 470,55
Outros recebimentos/pagamentos	-978,93	-999,96
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	-978,93	9 757,08
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-3 524,37	-12 305,97
Outros ativos	-1 435 770,51	-1 644 478,61
Recebimentos respeitantes a:		
Transferências de capital	1 439 294,88	1 656 784,58
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-978,93	9 757,08
Caixa e seus equivalentes no início do período	9 757,08	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8 778,15	9 757,08
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período	9 757,08	0,00
-Equivalentes a caixa no início do período	0,00	0,00
+Parte do SG que não constitui equivalente a caixa	0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no início do período	0,00	0,00
= Saldo de Gerência anterior (SGA)	9 757,08	0,00
SGA de execução orçamental	0,00	0,00
SGA de operações de tesouraria	9 757,08	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8 778,15	9 757,08
-Equivalentes a caixa no fim do período	0,00	0,00
+Parte do SG que não constitui equivalente a caixa	0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no fim do período	0,00	0,00
= Saldo de Gerência seguinte (SGS)	8 778,15	9 757,08
SGS de execução orçamental		
SGS de operações de tesouraria	8 778,15	9 757,08



DF5 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1– Identificação da entidade e período de relato

Já referido noutros pontos deste relatório.

1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, sendo o subsistema aplicável o SNC-AP - Pequenas Entidades.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP e que tenha produzido efeitos materialmente relevantes que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das referidas demonstrações.

Toda a informação relativa à contabilidade da DRCPL está centralizada e disponível na Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial (DAFP), da Vice-Presidência do Governo Regional, sita no Palácio dos Capitães Gerais e na Divisão de Projetos e Finanças Locais (DPFL), da DRCPL- Presidência do Governo Regional, também sita no Palácio dos Capitães Gerais, em Angra do Heroísmo, devidamente estruturada e compilada, sendo introduzida de forma sistemática na base de dados.

É à DPFL que compete propor, elaborar e assegurar a execução dos orçamentos e coordenar toda a atividade financeira, no que respeita à aquisição de bens e serviços e à transferência de apoios financeiros, mantendo devidamente atualizada toda a informação orçamental e financeira, através da elaboração de mapas, controlos e procedimentos internos. De igual forma, compete à DAFP propor, elaborar e assegurar a execução dos orçamentos no que respeita ao processamento das remunerações mensais e abonos a pessoal dos trabalhadores da DRCPL.

De acordo com o artigo 8º do DL nº 192/2015, de 11 de setembro, é ao dirigente intermédio da DPFL que compete a regularidade técnica na prestação de contas da DRCPL, assegurando a execução da respetiva contabilidade pública, de acordo com os princípios orçamentais e contabilísticos em vigor.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

O programa informático utilizado é o GeRFiP, uma ferramenta de gestão financeira e contabilística, em que os movimentos são gerados à medida que as tarefas e operações inerentes à execução orçamental vão sendo executadas. Com este programa é obtida uma ligação entre as classificações económicas da despesa e da receita pública e os códigos de contas previstos no SNC-AP.

Embora não exista um manual de procedimentos muito pormenorizado, quer na DAFP, quer na DPFL, existem vários documentos de apoio e controlo que foram organizados de acordo com o GeRFiP, com um conjunto de métodos, regras e informações, com vista a uniformizar procedimentos contabilísticos que garantam a execução da contabilidade de uma forma rigorosa e prudente, de acordo com as normas em vigor.

O tratamento contabilístico da despesa em GeRFiP (aquisição de bens e serviços e atribuição de apoios) compreende as seguintes fases, que são levadas a cabo pelos colaboradores da DPFL, quando se trate de aquisições para os serviços da DRCPL e atribuição de apoios aos municípios e freguesias dos Açores:

- Proposta de aquisição de bens e serviços/Autorização de procedimento/portaria de atribuição;
- Informação de cabimento;
- Autorização da despesa;
- Nota de encomenda (quando aplicável);
- Entrada da fatura/portaria;
- Registo da fatura/portaria;
- Pedido de libertação de créditos;
- Pedido de autorização de pagamento;
- Comunicação do pagamento ao fornecedor e receção do recibo;
- Comunicação do pagamento aos municípios e freguesias.

O tratamento contabilístico da despesa em GeRFiP (transferência de fundos do Orçamento de Estado) para os municípios e freguesias da Região compreende as seguintes fases, que são levadas a cabo pelos colaboradores da DPFL:

- Despachos de atribuição;
- Pedido de autorização de pagamento;
- Comunicação do pagamento aos municípios e freguesias.

A publicação em Jornal Oficial das portarias e despachos é efetuada pelos colaboradores da DPFL.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

As reposições abatidas e não abatidas no pagamento, assim como o registo dos contratos são sempre efetuadas pelos colaboradores da DPFL.

O processamento das remunerações mensais e abonos a pessoal é feito com recurso ao software SIGRHARA, cabendo à DAFP o processamento, a atualização dos dados de base de cada um dos colaboradores e o registo da assiduidade, no respeitante aos colaboradores da DRCPL.

Todos os processamentos das remunerações mensais e abonos de pessoal, após o respetivo pagamento, são registados em GeRFIP pelos colaboradores da DAFP, para efeitos de controlo orçamental.

Sempre que ocorram pagamentos indevidos são elaboradas as reposições abatidas e não abatidas no pagamento pelos colaboradores da DAFP e respetivo registo em GeRFIP.

Ao longo de cada ano económico são efetuadas várias alterações orçamentais, sendo todas registadas em GeRFIP apenas pelos colaboradores da DPFL.

Para um maior controlo das atividades desenvolvidas, durante o decorrer do ano são elaborados pelos colaboradores da DPFL diversos mapas do controlo orçamental, com a finalidade de se cruzarem informações/valores por forma a garantir o correto processamento das despesas da empresa A082.

A Delegação de Contabilidade de Angra do Heroísmo também efetua uma verificação mensal do GeRFIP às contas da DRCPL e que incide sobre a consolidação de dados, o equilíbrio orçamental, as operações de tesouraria, o imobilizado, o IVA, a existência de cabimentos sem compromissos, as autorizações de pagamento não pagas, os cativos e descativos legais, os pagamentos manuais, os reembolsos do fundo de maneo, e a conformidade legal dos processamentos efetuados.

São objeto de inventariação todos os bens obtidos por aquisição, por cessão a título definitivo, por transferência, troca ou permuta, por doação, herança, legado ou pedido a favor do Estado, por locação, reversão, etc.

Todos os bens móveis dos serviços da DRCPL, mesmo os que não sejam registados em GeRFIP na conta de ativos fixos tangíveis, mas que pela sua durabilidade assim o justifiquem, são objeto de inventariação por parte dos colaboradores da DPFL, procedendo-se a conferências físicas e realizando-se verificações periódicas e parciais, de acordo com as necessidades existentes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

No final de cada ano e, sempre que necessário, a DPFL procede ao abate de bens que, pelo seu estado de uso ou avaria, não permitem o normal desenvolvimento das tarefas.

Na DRCPL existe um fundo de maneiio que se regula por um manual próprio, elaborando a DPFL as reconciliações bancárias periódicas e as atas de encerramento desse fundo de maneiio, quando se justifique.

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas, com exceção dos relativos a vencimentos e outros abonos, encontram-se todos arquivados na DPFL da seguinte forma:

Alterações Orçamentais - por cada alteração orçamental, arquivadas em dossier próprio, de forma sequencial por data de lançamento;

Pedidos de Libertação de Créditos (PLC's) - por cada pedido de libertação de créditos, arquivados num dossier próprio, de forma sequencial por data de pedido efetuado;

Despesas - por pedido de autorização de pagamento e por data de elaboração do mesmo. Na realização de qualquer despesa é gerado no sistema um documento associado a um número de processo de despesa, a um número de informação de cabimento, de autorização da despesa, de compromisso, de nota de encomenda (quando aplicável), de fatura e de pedido de autorização de pagamento. Todos estes documentos são confirmados e rubricados por quem de direito e, posteriormente, conservados num dossier próprio, seguindo uma ordem sequencial;

Pagamentos - por pedido de autorização de pagamento e por data de elaboração do mesmo. Os recibos de liquidação que são remetidos pela Tesouraria de Angra do Heroísmo encontram-se arquivados cronologicamente e apenas aos respetivos PAP's;

Fundo de Maneio - todos os pagamentos e reembolsos efetuados por conta do fundo de maneiio estão arquivados em separado, por pedido de autorização e por data de elaboração do mesmo. Todos os demais documentos referentes ao fundo de maneiio também se encontram arquivados em dossier próprio.



2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeira e NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros e são apresentadas em euros.

Apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras, tendo sido preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem.

As bases de mensuração podem utilizar valores de entrada ou valores de saída. Para os ativos, os valores de entrada refletem essencialmente o custo de aquisição. Para os passivos, os valores de entrada refletem geralmente o valor da transação pela qual a obrigação foi contraída, ou a quantia que a entidade pública está disposta a aceitar para assumir um passivo.

A base de mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras foi a do valor corrente de mercado (custo de aquisição).

5 - Ativos Fixos Tangíveis

5.1 – Ativos Fixos Tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2022 foram registados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações, tendo em conta o referido na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis, cujo objetivo é descrever o tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis para que os utilizadores das demonstrações financeiras possam perceber a informação sobre os investimentos de uma entidade neste tipo de ativos e as alterações que neles

ocorreram. Os principais aspetos a ter em conta na contabilização dos ativos fixos tangíveis são o seu reconhecimento e os respetivos gastos de depreciação, bem como a determinação das suas quantias registadas.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta ou método das quotas constantes (o mais adequado às Administrações Públicas), em conformidade com o período de vida útil máximo dado constante do Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

No entanto, de acordo com a Portaria nº 189/2016, de 14 de julho, mantiveram-se os códigos e as respetivas vidas úteis no que respeita às depreciações do classificador geral do CIBE (cadastro e inventário dos bens do Estado), aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril (2ª Série).

Após o seu reconhecimento como um ativo, este é registado ao custo histórico líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

As despesas com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil destes ativos são consideradas como gasto do período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis da DRCPL, em 2022, correspondem a equipamento básico e equipamento administrativo e outras imobilizações corpóreas, tendo as suas depreciações atingido o valor de 3.356,23€:

(Euros)				
Rubrica	Quantia escriturada inicial	Adições	Depreciações	Quantia escriturada final
Equipamento Básico	8 726,89	1 086,20	-2 341,91	7 471,18
Equipamento Administrativo	2 725,19	5 881,98	-916,42	7 690,75
Outras Imobilizações Corpóreas	656,57	121,10	-97,90	679,77
TOTAL	12 108,65	7 089,28	-3 356,23	15 841,70

Regista-se um valor de 7.089,28€ de novos ativos fixos tangíveis adquiridos em 2022, sobretudo ao nível do equipamento administrativo (5.881,98€).



6 – Locações

A NCP 6 – Locações, tem como objetivo descrever o tratamento contabilístico relativo a locações financeiras e locações operacionais, tanto na perspetiva dos locatários como dos locadores.

A locação operacional é uma locação que não é financeira, sendo as rendas devidas ao locador reconhecidas e mensuradas como um gasto do período a que dizem respeito, numa base linear durante o prazo de locação.

No ano de 2022, existia apenas uma locação operacional de equipamento informático e uma de edifícios:

Locadora	Bem locado	Data início	Data fim	Opções compra
Escritório Digital	Impressora multifunções	01/03/2021	28/02/2025	Não
Maria Frederica Flores	Apartamento	15/12/2021	14/02/2022	Não



5 – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

As demonstrações orçamentais são apresentadas em euros e referem-se ao exercício de 2022 (1 de janeiro a 31 de dezembro), em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

As demonstrações orçamentais traduzem-se numa representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de divulgar informação sobre o cumprimento de obrigações legais ou outras regras impostas externamente.

Proporcionam informação da entidade relativa ao orçamento inicial, às dotações de despesa e previsões de receitas, alterações orçamentais, cabimentos, compromissos, obrigações e receitas liquidadas, despesas pagas e receitas cobradas, graus de execução orçamental e desempenho orçamental.

As demonstrações orçamentais foram elaboradas de acordo com a NCP 26 – Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP, que tem como objetivo regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.

As demonstrações orçamentais serão publicadas no Portal do Governo Regional dos Açores.

As componentes das demonstrações orçamentais são:

DOR 1 - Demonstração de desempenho orçamental

DOR 2 - Demonstração da execução orçamental da receita

DOR 3 - Demonstração da execução orçamental da despesa

DOR 4 - Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos

DOR 5 - Anexos às demonstrações financeiras:

DOR 5.1 - Alterações orçamentais da receita

DOR 5.2 - Alterações orçamentais da despesa

DOR 5.3 - Alterações ao plano plurianual

DOR 5.4 - Operações de tesouraria



DOR 5.5 - Contratação Administrativa

DOR 5.5.1 – Situação de contratos

DOR 5.5.2 – Adjudicações por tipo de procedimento

DOR 6 - Transferências e subsídios

DOR 6.1 – Transferências e subsídios concedidos

DOR 6.2 – Transferências e subsídios recebidos

DOR 7 – Outras divulgações

DOR 7.1 – Encargos contratuais

DOR 7.2 – Dívidas por antiguidade de saldos

(DOR – Demonstrações Orçamentais de relato)

DOR 1 – DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

A Demonstração de desempenho orçamental apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, o saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário). Apresenta ainda informação organizada pela forma de financiamento e por classificação económica de execução orçamental.

Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos estão discriminados de acordo com as diferentes formas de financiamento.

Destaca-se o saldo da gerência anterior no valor de 9.757,08€ e que correspondeu a operações de tesouraria, tal como o saldo para a gerência seguinte, no valor de 8.778,15€:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Fontes de financiamento			(Euros)
	Receitas Gerais	Fundos alheios	TOTAL
2021			
Recebimentos			
Saldo de Gerência anterior		9 757,08	9 757,08
			0,00
Operações de tesouraria (A)		9 757,08	9 757,08
			0,00
Receita Corrente	1 605 511,69		1 605 511,69
			1 358 295,86
Transferências e subsídios correntes do Estado	1 605 511,69		1 605 511,69
			1 358 295,86
Receita de Capital	1 439 294,88		1 439 294,88
			1 656 784,58
Transferências e subsídios de capital do Estado	1 439 294,88		1 439 294,88
			1 656 784,58
RECEITA EFETIVA	3 044 806,57		3 044 806,57
			3 015 080,44
Operações de tesouraria (B)		130 197 532,41	130 197 532,41
			75 211 921,59
Pagamentos			
Despesa Corrente	1 605 511,69		1 605 511,69
			1 358 295,86
Despesas com pessoal	540 205,85		540 205,85
			254 991,21
Aquisição de bens e serviços	20 866,35		20 866,35
			39 077,06
Transferências e subsídios correntes	1 044 439,49		1 044 439,49
			1 053 470,55
Outras despesas correntes	0,00		0,00
			10 757,04
Despesa de capital	1 439 294,88		1 439 294,88
			1 656 784,58
Aquisição de bens de capital	3 524,37		3 524,37
			12 305,97
Transferências e subsídios de capital	1 435 770,51		1 435 770,51
			1 644 478,61
DESPESA EFETIVA	3 044 806,57		3 044 806,57
			3 015 080,44
Operações de tesouraria (C)		130 198 511,34	130 198 511,34
			75 202 164,51
Saldo para a Gerência Seguinte		8 778,15	8 778,15
			9 757,08
Operações de Tesouraria (A) + (B) - (C)		8 778,15	8 778,15
			9 757,08

A empresa A082 não apresenta receitas próprias, mas apenas receitas gerais, tendo a receita corrente se cifrado, no período de relato, em 1.605.511,69€, proveniente na sua totalidade, de transferências do Estado.

Em 2021 essa receita corrente correspondeu a 1.358.295,86€.

A receita de capital totalizou, em 2022, 1.439.294,88€, proveniente também, na sua totalidade, de transferências do Estado. Em 2021 essa receita de capital foi superior e correspondeu a 1.656.784,58€.

No período do relato a despesa corrente totalizou 1.605.511,69€, correspondente, na sua quase totalidade a transferências e subsídios correntes.

A despesa de capital corresponde, na sua quase totalidade, a transferências e subsídios de capital, quer em 2022, quer em 2021.

DOR 2 – DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

A Demonstração de execução orçamental da receita explicita as fases e eventos dessa execução, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas.

A DRCPL tem apenas uma fonte de financiamento, o orçamento da Região Autónoma dos Açores, que foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 38/2021/A, de 23 de dezembro.

De acordo com o orçamento aprovado para 2022, eram previstas transferências no valor de 3.793.800,00€, em que 44,4% do total da receita correspondia a receitas correntes e 55,6% a receitas de capital.

Ao ser feita a desagregação da **Receita corrente**, no valor total previsto de 1.685.429,00€, constata-se que a maior parcela corresponde ao orçamento do plano plurianual de investimentos da DRCPL e encargos com pessoal, do orçamento de funcionamento.

Na desagregação da **Receita de capital**, no valor total previsto de 2.108.371,00€, a sua quase totalidade corresponde ao orçamento do plano plurianual de investimentos da DRCPL:

(Euros)

Descrição	Previsões corrigidas	Receitas cobradas/liquidadas	Execução orçamental
RECEITA CORRENTE	1 685 429,00	1 605 511,69	95%
Orçamento de funcionamento	568 400,00	549 691,15	97%
Orçamento do plano de investimetnos	1 117 029,00	1 055 820,54	95%
RCEITA DE CAPITAL	2 108 371,00	1 439 294,88	68%
Orçamento de funcionamento	1 000,00	0,00	0%
Orçamento do plano de investimetnos	2 107 371,00	1 439 294,88	68%
TOTAL	3 793 800,00	3 044 806,57	80%

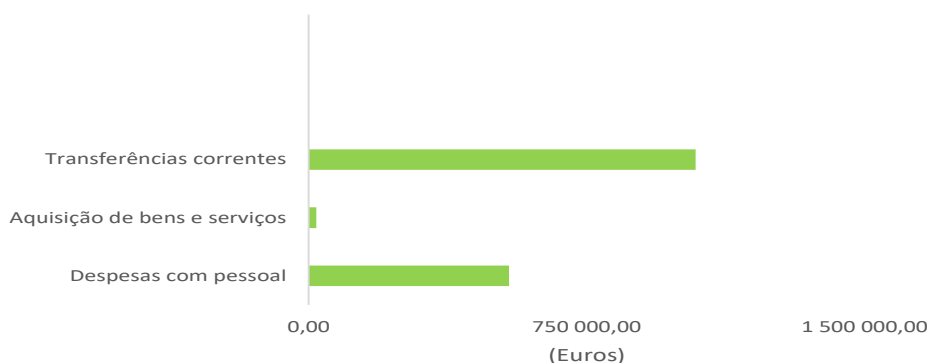
Em termos da execução orçamental da receita, constata-se que, em 2022, as receitas correntes ascenderam a 1.605.511,69€ e as receitas de capital a 1.439.294,88€, o que corresponde a uma taxa de execução da receita de 80% em relação ao valor aprovado de 3.793.800,00€.

Nas receitas correntes e de capital esse valor corresponde, na Demonstração de desempenho orçamental da receita às rubricas R5 - Transferências e Subsídios correntes e R9 – Transferências e Subsídios de capital.

DOR 3 – DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

De acordo com o orçamento aprovado para 2022, do montante da dotação corrigida de 3.793.800,00€ e, tal como referido em relação à receita, foram executados 3.044.806,57€ (**Despesas correntes** = 1.605.511,69€ e **Despesas de capital** = 1.439.294,88€), correspondendo a um desvio de 748.993,00€.

Pela análise da demonstração de execução orçamental da despesa verifica-se que nas despesas correntes o maior valor pago foi em Transferências e subsídios correntes, que ascendeu a 1.044.439,49€ seguindo-se o valor de 540.205,85€ em Despesas com pessoal:



Nas Transferências e subsídios correntes, a quase totalidade do valor pago corresponde à transferência para os municípios da prestação do IRS devido do ano de 2022 e às transferências correspondentes aos encargos com os Conselhos de Ilha, no valor total de 1.018.753,08€.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

O valor de 25.000,00€ correspondeu à transferência para a ANAFRE, no âmbito da colaboração técnica e financeira com as associações de freguesia.

Foram ainda pagos encargos com a Segurança Social e outros encargos relacionados com programas ocupacionais de emprego, no valor de 686,41€:

(Euros)

RUBRICAS	Por pagar de 2021	Dotação corrigida	Valor pago
Municípios	1 429,26	1 050 000,00	1 018 753,08
Freguesias		25 000,00	25 000,00
Segurança social		1 000,00	163,63
Outras		1 370,00	522,78
TOTAL	1 429,26	1 077 370,00	1 044 439,49

Nas despesas com pessoal, ressaltam os valores das despesas pagas referentes ao Pessoal dos quadros – Regime da função pública:

(Euros)

RUBRICAS	Dotação corrigida	Valor pago
Pessoal dos quadros	334 991,00	334 984,87
Pessoal em regime de tarefa e avença	13 050,00	7 050,00
Gratificações	1 400,00	1 345,13
Representação	16 000,00	15 488,54
Subsídio de refeição	13 999,00	13 274,91
Subsídio de férias e natal	58 981,00	58 974,78
Remunerações por doença e...	4 179,00	3 688,71
Ajudas de custo no estrangeiro	500,00	0,00
Ajudas de custo em território nacional	3 500,00	2 271,53
Remuneração complementar	3 650,00	3 212,23
Caixa geral de aposentações	71 989,00	67 218,23
Segurança social	36 011,00	32 696,92
Parentalidade	150,00	0,00
TOTAL	558 400,00	540 205,85



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Nas despesas com aquisição de bens e serviços, a aquisição de serviços representa 74% do total das aquisições efetuadas, onde as despesas pagas com Deslocações e estadas em território nacional são as mais significativas, seguindo-se as despesas com Formação, com a Locação de edifícios e de material de informática:

(Euros)

RUBRICAS	Dotação corrigida	Valor pago
Conservação de bens	1 000,00	0,00
Locação de edifícios - outros	5 280,00	2 880,00
Locação de material de informática	3 870,00	2 240,95
Locação material de transporte	945,00	0,00
Transportes	800,00	0,00
Seguros	1 000,00	0,00
Deslocações e estadas em território nacional	17 059,00	6 775,06
Formação	4 000,00	3 064,50
Publicidade	500,00	494,16
Outros serviços	650,00	0,00
TOTAL	35 104,00	15 454,67

Nas despesas com aquisição de bens, que representam 26% do valor total das aquisições, o maior valor pago foi com a aquisição de Artigos honoríficos e de decoração, seguido de Material de escritório:

(Euros)

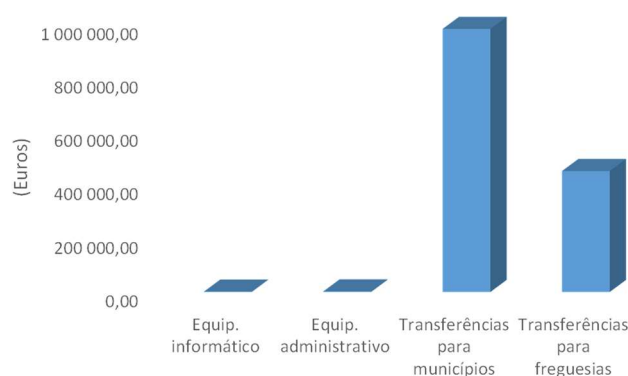
RUBRICAS	Dotação corrigida	Valor pago
Limpeza e higiene	150,00	148,14
Material de escritório	5 500,00	1 070,97
Outro material - peças	1 000,00	942,69
Ferramentas e utensílios	200,00	0,00
Livros e documentação técnica	500,00	116,35
Artigos honoríficos e de decoração	3 250,00	2 730,25
Outros bens	1 500,00	403,28
TOTAL	12 100,00	5 411,68

Na demonstração de desempenho orçamental, as despesas correntes correspondem às rubricas D1 – Despesas com o pessoal, D2 – Aquisição de bens e serviços e D4 – Transferências e subsídios correntes.

Nas despesas de capital foram pagos 1.439.294,88€, em que os valores pagos mais significativos dizem respeito às Transferências para os municípios, no âmbito dos contratos ARAAL para recuperação dos estragos do furacão Lorenzo, dos contratos ARAAL para sedes de juntas de freguesia e dizem também respeito às Transferências para as freguesias, no âmbito dos acordos de cooperação financeira para aquisição de mobiliário, equipamento informático, software informático e obras de conservação das sedes das juntas de freguesia:

(Euros)

RUBRICAS	Por pagar de 2021	Dotação corrigida	Valor pago
Equipamento informático		5 300,00	1 377,08
Equipamento administrativo		12 000,00	2 147,29
Municípios	351 990,26	1 313 071,00	983 549,91
Freguesias		778 000,00	452 220,60
TOTAL	351 990,26	2 108 371,00	1 439 294,88



Na demonstração de desempenho orçamental, as despesas de capital correspondem à rubrica D6 – Aquisição de Bens de Capital e D7 - Transferências e subsídios de capital.

Pela análise da demonstração de execução orçamental da despesa verifica-se que, em 2022, registaram-se despesas pagas líquidas de reposições.

Não se registaram compromissos a transitar, ou seja, o valor dos compromissos foi idêntico ao valor das obrigações do ano.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Conforme indicação da DROT, transitou do ano de 2021 o valor de 353.419,52€ de despesas por pagar, dos quais 351.990,26€ correspondem a Transferências de capital para os municípios (Contratos ARAAL - sedes de juntas de freguesia e intempérie Lorenzo) e 1.429,26€ a Transferências correntes para os municípios (encargos com Conselhos de Ilha).

Regista-se, neste período de relato, um valor de 529.706,26€ de obrigações por pagar, tendo em conta que o valor das obrigações do período foi superior ao valor total das despesas pagas, líquidas de reposições.

Essas obrigações por pagar correspondem a pedidos de libertação de créditos do ano de 2022 que não foram autorizados e pagos por conta do orçamento do ano de 2022, conforme orientações da DROT e que transitaram para o ano de 2023. Essas obrigações a transitar, no valor de 529.706,29€ são referentes ao orçamento de investimento da DRCPL e estão assim distribuídos pelas seguintes rubricas:

		(Euros)		
Rubrica	Descrição	Obrigações	Despesas pagas líquidas	Obrigações por pagar
02.01.08	Material de escritório	3 050,01	1 070,97	1 979,04
02.01.18	Livros e documentação técnica	156,18	116,35	39,83
02.01.21	Outros bens	1 142,08	403,28	738,80
02.02.05	Locação de material de informática	2 673,14	2 240,95	432,19
02.02.013 B)	Deslocações e estadas território nacional	7 610,68	6 775,06	835,62
04.05.02.Y0.00	Municípios	1 042 910,26	1 018 753,08	24 157,18
07.01.07	Equipamento informático	2 226,21	1 377,08	849,13
07.01.09	Equipamento administrativo	4 306,28	2 147,29	2 158,99
08.05.02.y0.00	Municípios	1 184 232,39	983 549,91	200 682,48
08.05.02.Z0.00	Freguesias	750 053,60	452 220,60	297 833,00
TOTAL		2 998 360,83	2 468 654,57	529 706,26

Por determinação legal (DLR nº 38/2021/A, de 23 de dezembro, que aprovou o orçamento da RAA para o ano 2022), procedeu-se à cativação de 6% da dotação total das verbas orçamentadas em “Aquisição de bens e serviços”, no orçamento do funcionamento da DRCPL (16.500,00€), e que correspondeu ao valor de 990,00€ na rubrica 02.02.13 B) - Deslocações e estadas em território nacional.



DOR 4 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos permite o controlo da execução anual desse plano, facultando informação relativa a cada projeto de investimento, designadamente sobre a forma de realização, fontes de financiamento, fase de execução, financiamento da componente anual e valor global do projeto, execução financeira de anos anteriores, no período e a execução esperada para períodos futuros.

No ano de 2022 registam-se verbas previstas no plano plurianual de investimentos, através do Capítulo 50 (Despesas do Plano) e que correspondem aos seguintes projetos e ações:

Projeto A0452 - Recuperação dos efeitos do furacão Lorenzo

Ação 9.2 - Apoio à recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais

Projeto A0417 - Cooperação com os municípios

Ação 10.1 - Cooperação técnica com os municípios

Projeto A0416 - Cooperação com os municípios

Ação 10.2 - Cooperação financeira com os municípios

Projeto A0415 - Cooperação com as freguesias

Ação 11.1 - Cooperação técnica com as freguesias

Projeto A0414 - Cooperação com as freguesias

Ação 11.2 - Cooperação financeira com as freguesias

Projeto A0413 - Cooperação com a Anafre

Ação 11.3 - Colaboração técnica e financeira com a Anafre

Projeto A1042 - Eleições

Ação 9.2 - Eleições (por força da Declaração de Retificação nº 3/2022/A, de 28 de junho, essas matérias dos assuntos eleitorais passaram a ficar afetas à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública)

Os valores do plano aprovados para esse ano, provenientes do orçamento regional totalizaram 3.224.400,00€, tendo sido executados 2.495.115,42€, o que corresponde a uma taxa de execução global de 77,38%:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

(Euros)					
Nº projeto	Projeto	Rubrica	Previsto	Executado	%
A0413	Colaboração técnica e financeira com Anafre	D4.1.1.5	25 000,00	25 000,00	100,00%
A0414	Cooperação financeira com as freguesias	D7.1.1.5	916 206,00	590 426,60	64,44%
A0415	Cooperação técnica com as freguesias	D1.1	5 000,00	0,00	0,00%
A0415	Cooperação técnica com as freguesias	D1.2	2 000,00	1 559,51	77,98%
A0415	Cooperação técnica com as freguesias	D2	9 559,00	2 113,16	22,11%
A0415	Cooperação técnica com as freguesias	D4.1.3	1 000,00	153,59	15,36%
A0416	Cooperação financeira com os municípios	D4.1.1.5	1 050 000,00	1 018 753,08	97,02%
A0417	Cooperação técnica com os municípios	D1.1	1 000,00	0,00	0,00%
A0417	Cooperação técnica com os municípios	D1.2	1 700,00	500,94	29,47%
A0417	Cooperação técnica com os municípios	D2	17 700,00	6 713,28	37,93%
A0417	Cooperação técnica com os municípios	D41.1.3	1 000,00	163,63	16,36%
A0417	Cooperação técnica com os municípios	D4.1.3	370,00	369,19	99,78%
A0417	Cooperação técnica com os municípios	D5	2 200,00	0,00	0,00%
A0417	Cooperação técnica com os municípios	D6	16 300,00	3 524,37	21,62%
A1042	Eleições	D2	500,00	494,16	98,83%
A0452	Intempérie Lorenzo	D71.1.5	1 174 865,00	845 343,91	71,95%
TOTAL			3 224 400,00	2 495 115,42	77,38%

Não existem montantes previstos para períodos futuros, verificando-se taxas de execução superiores a 90% nalguns dos projetos existentes (A0413 - Transferências correntes para Anafre, A0416 - Transferências correntes para os municípios, A0417 - Outras transferências correntes e A1042 - Aquisição de bens e serviços).

Não se verificou qualquer execução nos projetos A0415 - Remunerações certas e permanentes, A0417 - Remunerações certas e permanentes e em Outras despesas correntes.

As verbas não executadas, no valor de 729.284,58€, foram registadas em praticamente todas as rubricas orçamentais previstas.

DOR 5 – ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

DOR 5.1 – Alterações orçamentais da receita

A Demonstração de alterações orçamentais da receita evidencia as alterações que ocorreram no período de relato, em termos de reforços e diminuições de verbas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Ao longo do ano de 2022 foram efetuadas alterações modificativas e permutativas no orçamento aprovado da empresa A082.

As inscrições ou reforços das rubricas da receita foram de valor mais significativo do que o das diminuições/anulações e incidiram sobretudo na rubrica R9 – Transferências e subsídios de capital, traduzindo-se essas alterações orçamentais num aumento da previsão inicial da receita em 306.900,00€:

(Euros)

Rubricas	Previsão Inicial	Inscrições Reforços	Diminuições Anulações	Previsão Corrigida
R5 - Transferências e subsídios correntes	1 727 900,00	33 900,00	76 371,00	1 685 429,00
R9 - Transferências e subsídios de capital	1 759 000,00	366 371,00	17 000,00	2 108 371,00
TOTAL	3 486 900,00	400 271,00	93 371,00	3 793 800,00

DOR 5.2 – Alterações orçamentais da despesa

Ao longo do ano de 2022 e, de acordo com a Demonstração das alterações orçamentais da despesa, foram efetuadas várias alterações orçamentais entre as rubricas de despesa, quer de âmbito modificativo, quer de âmbito permutativo, alterando a dotação inicial de algumas delas, conforme documentos anexos a este relatório.

As inscrições/reforços de verbas atingiram o montante de 629.230,00€, com especial relevância para a rubrica D7 – Transferências e subsídios de capital e as diminuições/anulações atingiram o montante de 322.330,00€, estas últimas também com especial incidência na rubrica D7 – Transferências e subsídios de capital, traduzindo-se no aumento da dotação global prevista da despesa:

(Euros)

Rubricas	Dotações Iniciais	Inscrições Reforços	Diminuições Anulações	Dotações Corrigidas
D1 - Despesas com pessoal	542 500,00	66 599,00	50 699,00	558 400,00
D2 - Aquisição de bens e serviços	111 000,00	6 060,00	70 801,00	46 259,00
D4 - Transferências e subsídios correntes	1 068 000,00	15 000,00	5 630,00	1 077 370,00
D5 - Outras despesas correntes	6 400,00	0,00	3 000,00	3 400,00
D6 - Aquisição de bens de capital	74 000,00	9 000,00	65 700,00	17 300,00
D7 - Transferências e subsídios de capital	1 685 000,00	532 571,00	126 500,00	2 091 071,00
TOTAL	3 486 900,00	629 230,00	322 330,00	3 793 800,00



DOR 5.3 – Alterações ao plano plurianual

Constata-se, de acordo com esta demonstração que, no período de relato, se operaram duas alterações orçamentais de âmbito modificativo ao plano plurianual de investimentos da DRCPL, na medida em que a dotação inicial correspondia a 2.934.400,00,00€ e a dotação corrigida passou para 3.224.400,00€.

Estas alterações orçamentais permitiram um reforço de verbas do plano de investimentos, na ordem dos 290.000,00€, e ficou a dever-se às seguintes transferências entre departamentos, conforme orientações superiores nesse sentido:

- Transferência de 10.000,00€ da A082 para a Direção Regional das Comunidades (VPGR);
- Transferência de 300.000,00€ da Aerogare Civil das Lajes (VPGR) para a A082.

DOR 5.4 – Operações de tesouraria

Este anexo permite explicitar todas as operações que geram influxos ou efluxos de caixa mas não representam operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental mas que têm expressão na tesouraria e na contabilidade da entidade.

No período de 2022, o saldo inicial de disponibilidades correspondia a 9.757,08€ e os recebimentos totalizaram 130.197.532,41€, ambos na rubrica 07.1.9 – Outras receitas de operações de tesouraria e os pagamentos totalizaram 130.198.511,34€, na rubrica 07.2.9 – Outras despesas de operações de tesouraria (os pagamentos foram superiores aos recebimentos em 978,93€).

Nesse sentido, o saldo final de tesouraria é de 8.778,15€ e corresponde a retenções de vencimentos do mês de dezembro de 2022 para entregar ao Estado e que transitaram para o ano de 2023.

DOR 5.5 – Contratação Administrativa

DOR 5.5.1 – Situação de contratos

Não existem contratos a relatar no período em referência.



DOR 5.5.2 – Adjudicações por tipo de procedimentos

O procedimento adotado para o contrato de arrendamento, com um preço contratual de 9.600,00€ foi o de ajuste direto e refere-se a um contrato com início no ano de 2021.

DOR 6 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

DOR 6.1 – Transferências e subsídios concedidos

No ano de 2022 foram autorizadas despesas com transferências no valor total de 3.002.882,66€ (transferências correntes = 1.068.596,67€ e transferências de capital = 1.934.285,99€), das quais foram pagas 2.480.210,00€ (transferências correntes = 1.044.439,49€ e transferências de capital = 1.435.770,51€).

As transferências e subsídios concedidos e pagos no período de 2022 (transferências correntes), no valor de 1.044.439,49€ correspondem aos encargos com os programas ocupacionais de emprego, no valor de 686,41€, às transferências correntes para a Anafre que totalizaram 25.000,00€ e às transferências correntes para os municípios, no âmbito dos Conselhos de Ilha e da prestação de 2022 do IRS devido, no valor total de 1.018.753,08€.

A maioria das despesas autorizadas foram pagas nesse ano, com exceção das transferências para 6 municípios, no valor total de 24.157,18€ e correspondentes a transferências correntes para encargos com os respetivos Conselhos de Ilha e que transitaram para o ano de 2023.

As transferências de capital concedidas e pagas ascenderam a 1.435.770,51€ e corresponderam às transferências no âmbito da cooperação financeira com as freguesias (aquisição de mobiliário e equipamento, equipamento informático, software informático e realização de obras de reparação e conservação das sedes), de cooperação financeira com os municípios (recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais na sequência dos estragos causados pelo furacão Lorenzo e grandes reparações em sedes de juntas de freguesia).

O valor total das transferências de capital concedidas, autorizadas e não pagas ascendeu a 498.515,48€, dos quais 297.833,00€ devidos a 86 juntas de freguesia (cooperação financeira) e 200.682,48€ devidos a 2 municípios (furacão Lorenzo).



DOR 6.2 – Transferências e subsídios recebidos

No ano de 2022 era previsto o recebimento de transferências no valor total de 3.729.800,00€, das quais 1.685.429,00€ correspondiam a transferências correntes e 2.107.371,00€ a transferências de capital.

O total das transferências correntes recebidas (1.610.003,4€) foi inferior ao valor das previsões corrigidas para essa receita (1.685.429,00€), ficando por receber 75.425,96€ não se tendo registado, nesse período, a devolução de transferências/subsídios.

De igual forma, em 2022, no que respeita às transferências de capital recebidas (1.426.985,84€), verifica-se que este valor também é bastante inferior ao da previsão de receitas para esse período (2.107.371,00€), ficando por receber 680.385,16€, não se tendo registado qualquer devolução de transferências/subsídios.

DOR 7 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

DOR 7.1 – Encargos contratuais

Não existe nada a relatar.

DOR 7.2 – Dívidas por antiguidade de saldos

De acordo com este anexo, constata-se que o total da dívida vincenda de curto prazo é no valor de 529.706,26€, valor esse correspondente a despesas correntes (Aquisição de bens e serviços = 4.025,48€ e transferências correntes = 24.157,18€) e de capital (Transferências de capital = 498.515,48€ e Aquisição de bens de capital = 3.008,12€).



6 – OUTRAS INFORMAÇÕES

6.1 Transferências extraorçamentais – Extrato da Conta 00495920009

Os municípios e freguesias da RAA recebem anualmente do Orçamento do Estado, no âmbito do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei nº 73/2013, de 03-09, na sua redação atual) verbas para desempenharem as suas competências, sendo estas transferências, salvo raras exceções (Fundos Comunitários, cooperação financeira) a sua maior fonte de receita.

Por outro lado, as freguesias, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação em vigor, conjugado com o artigo 10.º da Lei n.º 11/96, de 18 de abril (Regime aplicável ao exercício do mandato dos membros das juntas de freguesia, recebem do Orçamento do Estado verbas para pagamento de remunerações e encargos dos eleitos que optem pelo regime de permanência.

De referir ainda que as verbas transferidas no âmbito do RFAL - Regime Financeiro das Autarquias Locais podem ser objeto de 2 tipos de retenções: pelo atraso no envio de informação periódica à DGAL, sendo as mesmas devolvidas depois de regularizada esta situação, e para entregar a outras entidades, nomeadamente o Serviço Regional de Saúde ou outras entidades credoras, não sendo estas retenções devolvidas.

Em 2022, através da Lei nº 21/2022, de 18 de novembro, o Governo transferiu para os municípios uma subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal, com a finalidade de ser feito o pagamento dos acertos que resultam do apuramento previsto no nº 1 do artigo 103º da Lei nº 12/2022, de 27 de junho (OE 2022).

Estas verbas, de natureza extraorçamental para o orçamento da RAA, são transferidas pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) para a RAA, cabendo à empresa A082 proceder ao seu processamento para os municípios e para as freguesias, utilizando para o efeito a Conta 00495920009.

O quadro seguinte mostra a movimentação destas verbas extraorçamentais, publicadas no Jornal Oficial da RAA, evidenciando também as transferências recebidas da DGAL, destinadas ao Serviço Regional de Saúde:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo Regional
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Transferências extraorçamentais para municípios e freguesias - 2022

Transferências e retenções		Suporte legislativo	
Municípios			
FEF corrente	90 245 176,93		
FEF capital	8 491 439,00		
FSM	5 964 079,00	Lei 12/2022, de 27 de junho - OE 2022	117 899 062,00
IRS	7 501 535,00		
Excedente art.º 35º RFAL	4 014 190,00		
FSM extraordinário	3 312 757,00	Lei 21/2022, 18 novembro	3 312 757,00
Total Transferências Fundos OE (1)	119 529 176,93		
Devoluções de FEF retido (2)	411 494,00		
Retenções não devolvidas	296 201,00		
Retenções para o SRS	974 947,07		
Total - transferido e retido	121 211 819,00		121 211 819,00
Freguesias			
Fundo de Financiamento das Freguesias (3)	6 363 888,89	Lei 12/2022, de 27 de junho - OE 2022	6 419 324,00
Excedente art.º 38º RFAL (4)	3 038 930,00		3 038 930,00
Retenções para o SRS	55 435,11		
Total - transferido e retido	9 458 254,00	Total	9 458 254,00
Remuneração eleitos locais em permanência	724 525,25	Lei 169/99, 18 setembro	
Transferências efetuadas			
Municípios - Fundos OE (1+2)	119 940 670,93		
Freguesias - Fundos OE (3+4)	9 402 818,89		
Freguesias - Eleitos locais	724 525,25		
Total efetivamente transferido	130 068 015,07	Conta 00495920009	130 068 015,07

Retenções SRS - CM	974 947,07
Retenções SRS - JF	55 435,11
Total transferido da DGAL para o SRS	1 030 382,18
Total transferido pela DRCPL para a Admin local	130 068 015,07
Total transferido da DGAL para a RAA (AL+SRS)	131 098 397,25



7 – NOTAS FINAIS

O presente relatório e prestação de contas referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022 foi elaborado de forma a transmitir a atividade levada a cabo pela Direção Regional da Cooperação com o Poder Local (DRCPL), traduzindo de uma forma sucinta a execução do orçamento referente a esse ano, incidindo sobre a análise à execução orçamental e às demonstrações financeiras previstas no SNC-AP.

O ano de 2021 foi o ano de implementação do SNC-AP, sendo a data de transição para o novo referencial contabilístico o dia 1 de janeiro de 2021, na sequência da publicação do Decreto Regulamentar Regional nº 28/2020/A, de 10 dezembro, que aprovou a estrutura orgânica do XIII Governo Regional dos Açores, através do qual foi criada esta Direção Regional.

Os documentos relativos à conta de gerência da DRCPL serão publicados no portal do Governo Regional dos Açores.

Angra do Heroísmo, 19 de abril de 2023